

# **I Encontro Estadual da Juventude Rural do Paraná**

**Faxinal do Céu, Pinhão – 10 a 12 de julho de 2007**

## **Documento Final**

1. A Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná promoveram, entre os dias 10 e 12 de julho, o I Encontro Estadual da Juventude Rural do Paraná, que foi realizado no Centro de Capacitação Faxinal do Céu, localizado no município de Pinhão, na região Centro do Paraná. Esse encontro contou com o apoio do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná e de diversas organizações sociais ligadas à agricultura familiar (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná – Fetaep, Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul – Fetraf-Sul, Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária – Cresol, Associações das Casas Familiares Rurais da Região Sul – ARCAFAR-SUL, Associação para o Desenvolvimento da Agroecologia – AOPA, Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural – CEDEJOR, Fundação para o Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro-Oeste do Paraná – Rureco e Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – Deser). Além da SEAB e da SEED, o encontro contou também com o apoio financeiro da Itaipu Binacional e do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico.
2. O encontro teve por objetivo principal promover um espaço para a discussão da realidade da juventude rural, bem como de propostas de políticas públicas que contemplem suas necessidades imediatas e seus interesses de longo prazo. Reunindo cerca de 400 jovens (rapazes e moças), vindos de 106 municípios do estado, o encontro evidenciou a diversidade das situações vivenciadas pela juventude rural paranaense, manifestada pela presença de jovens agricultores familiares, pescadores artesanais, quilombolas, ilhéus, faxinalenses, assalariados rurais. Essas situações revelam a pluralidade de formas de relação com a terra e as águas (dos rios e do mar). Jovens de diversas origens étnicas, com distintas trajetórias de vida, inseridos em diferentes atividades econômicas nas áreas rurais e com graus diferenciados de escolarização, de acesso às políticas públicas e de participação nas organizações sociais ligadas à defesa de suas demandas coletivas.
3. Porém, mesmo diante das particularidades sociais, econômicas, ambientais, político-organizativas e regionais, foi possível identificar um conjunto de traços comuns em relação aos principais problemas enfrentados pela juventude rural. A raiz principal desses obstáculos está relacionada ao atual modelo de desenvolvimento econômico das áreas rurais, que gera profundas desigualdades e exclui uma grande parcela da juventude rural dos benefícios desse processo de desenvolvimento. Essa exclusão manifesta-se sob diferentes aspectos (econômicos, sócio-culturais, políticos e ambientais).
4. No plano econômico, percebe-se (i) a queda acentuada da renda familiar, provocada pelo aumento dos custos de produção e pela diminuição dos preços dos produtos agropecuários; (ii) a restrição do acesso à terra em virtude da concentração fundiária e do parcelamento dos estabelecimentos familiares; (iii) a ausência ou ineficiência das políticas de geração de ocupação e renda (agrícola e não-agrícola) para a juventude rural; (iv) o esgotamento da fertilidade dos solos que leva à diminuição da produtividade agropecuária; (v) a inadequação das linhas de crédito (burocratização, taxas de juros, limites de financiamento e dos prazos de pagamento) às condições econômicas da agricultura familiar e das demais formas de produção tradicional verificadas no espaço rural e litorâneo; (vi) o baixo nível de atendimento dos serviços públicos de assessoria técnica e extensão rural para atender às demandas de

planejamento e gestão da unidade familiar, de organização do processo de produção, processamento, agroindustrialização e comercialização dos produtos, de diversificação das atividades produtivas e das receitas, com especial atenção para o auto-consumo, e de capacitação e qualificação profissional, tanto na área agropecuária quanto na área pesqueira, no turismo rural e nos produtos florestais madeiráveis e não madeiráveis; (vii) a falta de serviços e equipamentos de infra-estrutura (estradas, armazéns etc.) que proporcionem a melhoria das condições de competitividade no mercado; (viii) a exclusão digital e a falta de acesso a meios de informação e comunicação.

5. Do ponto de vista sócio-cultural, foram levantados os seguintes fatores: (i) a migração para as cidades motivada pela falta de perspectivas dignas de vida e trabalho; (ii) a masculinização do meio rural em decorrência do êxodo maior das moças, inclusive de faixas etárias mais jovens; (iii) a precarização das condições de educação (transporte escolar deficiente, baixa qualificação dos professores, conteúdos e metodologias pedagógicas direcionado para a realidade urbana), saúde (falta de atendimento adequado nos postos de saúde, de ambulâncias e de remédios), habitação, energia elétrica e transporte; (iv) a ausência do poder público (municipal e estadual) na criação de espaços voltados para a realização de atividades culturais, esportivas e de lazer.
6. Na dimensão político-organizativa, constatou-se um distanciamento da juventude em relação aos processos decisórios, nos diferentes âmbitos de sua vida cotidiana. Na família, os pais decidem os rumos da unidade de produção sem consultar as opiniões dos filhos; na comunidade, poucos participam da organização de associações ou cooperativas, de grupos de jovens ou ainda de grupos para dinamização de iniciativas culturais; no município, é muito pequena a parcela da juventude rural que se envolve com as organizações e entidades locais, como os sindicatos, ou com os conselhos municipais.
7. Por fim, na esfera ambiental, a juventude rural sofre os impactos globais do processo de degradação dos ecossistemas e da biodiversidade no espaço rural: (i) ocupação desordenada dos solos; (ii) poluição e contaminação dos solos e dos rios em decorrência da intensa utilização de agrotóxicos ou da emissão de resíduos químicos e industriais nos rios e no mar; (iii) perda do patrimônio genético (vegetal e animal); (iv) desmatamento e destruição das matas ciliares.
8. Diante da pluralidade e complexidade dos problemas identificados nas discussões realizadas durante a plenária geral, as oficinas temáticas e as apresentações das experiências, os jovens rurais paranaenses presentes no I Encontro Estadual apresentaram um conjunto de diretrizes estratégicas que precisam ser incorporadas nas políticas e nos programas governamentais das esferas públicas federal, estadual e municipal. Dentre essas orientações gerais, destacam-se:
  - a. Ampliação do acesso da juventude rural às políticas públicas setoriais existentes (terra, crédito, assessoria técnica e extensão rural, organização da produção, agroindustrialização e comercialização, educação, saúde, habitação, cultura, lazer, esporte, infra-estrutura social, conservação ambiental etc.).
  - b. Viabilização e implementação efetiva de políticas governamentais que promovam oportunidades à permanência da juventude com condições de dignidade nas comunidades rurais.
  - c. Participação das formas de representação da juventude rural na discussão, elaboração, implementação, gestão e avaliação de políticas públicas que atendam às demandas coletivas dos jovens rurais.

9. No âmbito das políticas setoriais para a juventude rural, devem ser ressaltadas as seguintes propostas:
- a. Criação ou fortalecimento de instrumentos específicos de apoio à permanência da juventude rural em seus estabelecimentos familiares de produção, nas áreas do crédito rural e fundiário (desburocratização, redução das taxas de juros, ampliação dos prazos de pagamento), assessoria técnica e extensão rural, capacitação e qualificação profissional, valorização dos profissionais que atuam com a agricultura familiar, organização de associações e cooperativas, diversificação das atividades agropecuárias, florestais e pesqueiras, conversão para a produção agroecológica, garantia de preços mínimos, beneficiamento, processamento, agroindustrialização, armazenamento, comercialização e certificação dos produtos, segurança alimentar.
  - b. Garantia de mecanismos efetivos de distribuição e acesso à terra, bem como aos meios necessários para a criação de novas unidades de produção trabalhadas e gerenciadas por jovens rurais, assegurando o cumprimento da função social da terra.
  - c. Melhoria das condições de ensino voltada para a juventude rural, por meio da implementação de políticas que garantam a construção de escolas nas áreas rurais, a adaptação do currículo escolar à realidade local e à sazonalidade das atividades econômicas, o reconhecimento da cultura e dos conhecimentos locais, o respeito às relações étnico-raciais e de gênero, a valorização da pedagogia da alternância, a formação continuada dos trabalhadores da educação, a modernização da infra-estrutura física (salas de aula, bibliotecas, laboratórios, salas de informática, banheiros etc.), a melhoria do transporte escolar e das estradas de acesso às escolas.
  - d. Realização de cursos de formação voltados para o exercício prático da cidadania e a compreensão da realidade social, econômica e política brasileira.
  - e. Garantia de acesso da juventude rural aos serviços públicos na área da saúde, considerando, particularmente, os aspectos ligados à sua sexualidade, à utilização de cigarros ou outros tipos de drogas, às doenças sexualmente transmissíveis, à prostituição juvenil, à violência doméstica, à gravidez na adolescência, dentre outros temas importantes para a saúde pública nas áreas rurais.
  - f. Criação de mecanismos institucionais que promovam a democratização das atividades culturais, esportivas e de lazer da e para a juventude rural (centros culturais, ginásios de esportes, quadras poli-esportivas etc.).
  - g. Criação ou fortalecimento de políticas de incentivo da participação da juventude em iniciativas ligadas tanto à preservação e conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, quanto à promoção de ações de educação ambiental e conscientização ecológica.
  - h. Garantia da participação da juventude rural na gestão e controle social das políticas públicas em implementação, de maneira a garantir a democratização e evitar desvios na aplicação de recursos públicos que comprometem a finalidade dos programas.
  - i. Ampliação da divulgação dos espaços institucionais de participação social, a exemplo dos conselhos e fóruns.
10. Por último, os(as) jovens participantes do I Encontro Estadual da Juventude Rural do Paraná aprovaram a criação de uma comissão formada pelas organizações e entidades sociais da juventude rural voltada para acompanhar, executar e avaliar as propostas aqui apresentadas, bem como sugerem a realização do II Encontro Estadual, em 2008. Para dar continuidade a

esse processo, solicita-se que o Governo de Estado, em especial a SEAB e a SEED, comprometam-se com o custeio das reuniões periódicas desse grupo de entidades, contribuindo com a preparação e organização do II Encontro. Além disso, faz-se necessário o comprometimento do Governo de Estado do Paraná com a implementação das propostas aprovadas nesse I Encontro Estadual da Juventude Rural.

Faxinal do Céu, Pinhão (PR), 12 de julho de 2007